

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM SÃO LUÍS – MA: expressões dos movimentos feministas?

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha¹

RESUMO

Reflexões sobre a relação entre as organizações de mulheres dos bairros periféricos de São Luís – MA e os movimentos feministas. A partir dos resultados da pesquisa com 13 organizações da área Itaqui-Bacanga e 8 da área do Coroadinho, busca-se responder o seguinte questionamento: Podem-se considerar as organizações de mulheres dos segmentos populares, atuantes nos bairros periféricos de São Luís – MA como parte dos movimentos feministas?

Palavras-chave: Movimentos de Mulheres; Movimentos Feministas, Gênero.

ABSTRACT

Reflections about the relationship between women's organizations in the suburbs of São Luís - MA and feminist movements. From the results of research with 13 organizations in the field of Itaqui-Bacanga and 8 of the Coroadinho area, it seeks the answer to the following question: can the women's organizations of the popular segments, working in the suburbs of São Luís – MA, be considered as part of the feminist movement?

Keywords: Women's Movements, Feminist Movement, Gender.

1 INTRODUÇÃO

Na trajetória de lutas das mulheres, no Brasil, se configuram diversas formas organizativas, que diferem quanto aos objetivos e natureza das lutas empreendidas. Assim, ressalta-se a pluralidade dos movimentos de mulheres, distinguindo-se no seu interior movimentos feministas e não feministas. A expressão movimento de mulheres designa o conjunto de organizações no qual as mulheres são sujeitos.

Em São Luís - MA, a partir dos anos 1960, também, registra-se a existência

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). lourdesleitaorocha@yahoo.com.br



desses grupos, geralmente articulados com as Uniões de Moradores, as paróquias da Igreja Católica ou instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais. Os objetivos de tais organizações não eram colocar em questão o papel ou a condição da mulher. Envolviam-se com os problemas ligados às políticas públicas, especialmente, nas áreas da infra-estrutura e serviços urbanos, qualificação profissional e geração de renda, assistência social e educação (ROCHA, 2003).

Nos bairros e povoados de São Luís continuam existindo várias organizações de mulheres. Elas foram objeto de estudo da Pesquisa “MULHERES, ORGANIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: Processos de lutas e participação”, realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS - UFMA e Grupo de Pesquisa sobre Cultura, Poder, Lutas Sociais e Políticas Públicas – Cult-pólis - UEMA, no período de janeiro de 2006 a fevereiro de 2008, com apoio do CNPQ, em duas áreas urbanas (denominadas Itaqui-Bacanga e Coroadinho) e duas áreas rurais (Quebra-Pote e Maracanã) envolvendo 23 bairros e 17 povoados de São Luís do Maranhão.

O presente trabalho apresenta algumas reflexões, a partir dos resultados dessa pesquisa, que buscava responder os seguintes questionamentos em relação a 13 organizações da área Itaqui-Bacanga e 8 da área do Coroadinho: Podem-se considerar as organizações de mulheres dos denominados segmentos populares, atuantes nos bairros periféricos de São Luís – MA como parte dos movimentos feministas? Estão construindo “um feminismo de conteúdo, base e direção populares”, como reflete Viezzer (1989)? Ou, são movimentos que continuam reproduzindo as relações de gênero de dominação e subordinação das mulheres?

2- As organizações de mulheres nos bairros periféricos e povoados rurais de São Luís: expressões do(s) feminismo(s)?

Os movimentos feministas diferem de outros movimentos de mulheres pelo “questionamento das hierarquias nas relações de gênero, ou seja, nas relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres e seus desdobramentos mais amplos (sociais, políticos, econômicos, jurídicos)” (SARDENBERG E COSTA, 1984, p. 83).

Em São Luís - MA, os grupos auto-identificados como feministas emergem nos anos 1980, no contexto do processo iniciado na segunda metade da década de



1970, de luta pela redemocratização do Estado brasileiro e da reorganização e fortalecimento da sociedade civil, e, ao mesmo tempo, sob a influência das mudanças evidenciadas nos movimentos feministas europeus e norte-americanos. (FERREIRA, 1999; ROCHA, 2003). Os grupos feministas somaram-se às diversas organizações de mulheres já existentes, a partir da década de 60 do século XX, configurando os movimentos de mulheres da capital maranhense.

Nos anos 1980 e 1990, os movimentos sociais, entre eles os movimentos de mulheres e feministas, viveram mudanças influenciadas pelas alterações conjunturais, advindas com o regime democrático e a orientação neoliberal dos governos federais. A partir da Constituição Federal de 1988, a adoção da democracia participativa, os processos de descentralização e municipalização das políticas sociais, também, influenciaram as mudanças nas formas e atuação dos movimentos sociais populares.

Nesse contexto, não desapareceram as tradicionais expressões dos movimentos de mulheres populares. O levantamento realizado pela pesquisa mencionada demonstra essa continuidade. São clubes, associações, grupos, além de outras formas como: organizações constituídas em creches, escolas e centro educacional que mantêm nas comunidades, pastoral da mulher, etc.

Na área Itaqui-Bacanga, com exceção de 1, as outras organizações incluem em sua denominação as palavras “mães” (9), “mulheres” (2) e “feminina” (1). Na área do Coradinho, 6 entidades são auto-identificadas com os termos “donas-de-casa” (3), “mulher/mulheres” (2) e “mãe” (1). A opção pela denominação Clube ou Associação de Mães revela, como analisa Viezzer (1989, p. 68), “o deslocamento para trás da identidade das participantes, que não se definem ali como mulheres, mas enquanto seres identificados por sua função reprodutora, implícita no papel social de mães”.

As mulheres dos setores populares urbanos se mobilizam a partir da vivência dos problemas relacionados à infra-estrutura; falta ou precariedade de equipamentos sociais como escola, creche, hospital; a pequena renda familiar ou a ausência de renda própria. Questões diretamente relacionadas aos papéis de mãe e dona-de-casa que exercem e que as motivam a organizar-se e participar de movimentos sociais.

Confirmam essas considerações a identificação dos motivos apresentados pelas lideranças para a criação dos grupos da área Itaqui-Bacanga e Coroadinho: falta de creches e escolas no bairro, necessidade de melhoria de vida, necessidade de renda e independência financeira das mulheres, atuação das mulheres da Igreja Católica, luta por infra-estrutura no bairro, atuação da União de Moradores, cursos oferecidos por instituições, necessidade de organização e da defesa dos direitos das



mulheres, combater o preconceito racial, promover a inclusão social.

Reafirma-se do ponto de vista de sua organização, a definição de papéis e lugares considerados femininos. A entrada na esfera pública e a militância política das mulheres dos setores populares conciliam a necessidade e o desejo de participação com formas organizativas que se ajustam ao seu processo de socialização, à divisão sexual do trabalho, reproduzindo a desigualdade das relações de gênero. Contudo, reconhece-se que dependendo de sua atuação, orientação política, conjuntura e forças sociais e outras mediações, tais organizações podem avançar no sentido do questionamento dessas relações e de sua desconstrução.

A exemplo de outras cidades brasileiras, a emergência das organizações em análise é fruto da intervenção de outras instituições, que influenciam a natureza, princípios, dinâmica e ações dos clubes, grupos e associações. Segundo estudo de Viezzer (1989), “a grande maioria das mulheres dos setores populares não se organizou; elas foram organizadas por outros”. Destaca a autora (1989, p. 60) a influência dos programas de assistência ou de desenvolvimento dentro do esquema de ajuda Norte-Sul no Continente na organização de milhares de grupos de mulheres: “Para prolongar fora de casa as atividades domésticas em espaços onde as mulheres iriam reforçar os papéis tradicionais de dona-de-casa, esposa e mãe (...)”.

No Brasil, citam-se como principais instituições organizadoras de clubes e grupos de mães: a Igreja Católica e a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Significativa, também, a ligação dessas organizações a partidos políticos, entidades de bairro e filantrópicas. Essa modalidade de surgimento das organizações, na visão de Viezzer (1989), lhes causou dependência institucional e falta de projeto próprio.

A busca de soluções para situações emergenciais e questões imediatas, nas duas áreas, coloca num plano secundário, ou nem coloca, as causas estruturais das desigualdades sociais, de gênero, raça e etnia e a luta pela transformação dos sistemas de dominação e exploração que lhes dão origem.

Defende-se a tese de que as organizações de mulheres pesquisadas não se configuram como expressões dos movimentos feministas. Caracterizam-se como parte dos movimentos sociais urbanos em São Luís, entendidos como movimentos sociais que emergem de lutas urbanas ligadas à reivindicação de bens, equipamentos, meios coletivos de consumo, enfim, a luta por melhores condições de vida nesse espaço. Apenas um grupo de mulheres da Igreja Católica do Coroadinho se identificou como feminista e discute questões ditas específicas de mulheres, sua situação de



desigualdade e discriminação.

Observa-se que a fundação da maioria das organizações do Itaqui-Bacanga (9) e de 3 grupos do Coroadinho coincide com o período de ressurgimento dos movimentos sociais em uma conjuntura nacional de redemocratização do país, que possibilitou mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Ressurgem frutos das contradições oriundas do processo de expansão do capitalismo no Maranhão, com a instalação de grandes projetos industriais e agropecuários, conflitos agrários, migração da população do campo para a capital, especulação imobiliária e a precariedade das políticas públicas para enfrentar os problemas sociais. Ressalte-se que esse período é caracterizado, também, pela emergência dos movimentos feministas em São Luís, a partir de 1980, sob a influência do fortalecimento desses movimentos no Brasil e no mundo.

Na área Itaqui-Bacanga, percebe-se um hiato para o surgimento e registro de novos grupos, após os anos 1980, enquanto no Coroadinho foi criado um grupo em 1990 e outro em 1992, o que pode ser reflexo das mudanças no cenário político e sócio-econômico do país, na década de 90. Foram anos marcados pela crise econômica, pelo esgotamento do Estado desenvolvimentista brasileiro, pelo refluxo dos movimentos sociais, pela adoção do neoliberalismo e suas conseqüências, em termos da exacerbação das desigualdades sociais e da pobreza, com a configuração de um quadro de retrocesso social e do aparecimento de novas exclusões sociais.

Não por acaso, das 4 organizações da área Itaqui-Bacanga fundadas no período de 2003 a 2006, 3 são grupos que têm como finalidade construir alternativa de geração de renda para as mulheres dos bairros, produzindo bijuterias e artesanato de forma cooperada. Situação que, também, é observada na área do Coroadinho, em que as entidades surgidas em 2006 e 2007 foram o Grupo de Tapeceiras e Artesãs e o Grupo “Arte Gerando Renda”. Identifica-se a repercussão da orientação neoliberal adotada pelo país ao analisar-se a finalidade, as áreas de atuação e as atividades desenvolvidas pelas organizações de mulheres das duas áreas.

Na fala das lideranças das organizações são enumeradas como finalidades dos grupos a oferta de serviços e equipamentos não implementados ou implementados de forma insuficiente pelo Poder Público, destacando-se: educação de crianças; geração de renda para as mulheres; apoio, atendimento às mães; atendimento social às crianças e adolescentes e aos idosos; alfabetização de adultos; melhoria da comunidade, entre outros. Constata-se que questões relacionadas à



desigualdade de gênero passam despercebidas para a maioria das entrevistadas.

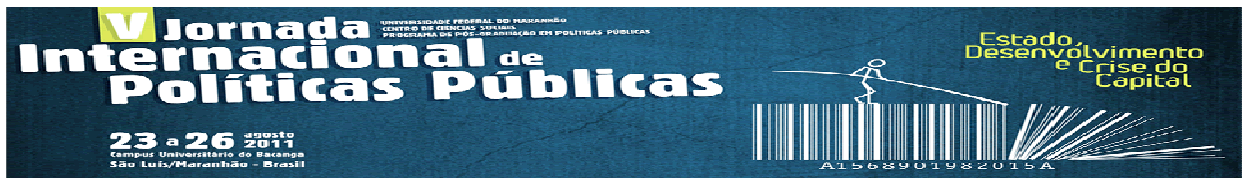
Apenas 3 grupos da área Itaqui-Bacanga e 1 da área do Coroadinho mencionaram outros fins relacionados com a busca da garantia de direitos: defesa dos direitos das mulheres e combater a discriminação racial (1), melhoria da comunidade (2) e formar mulheres independentes e multiplicadoras (1). Ressalte-se que o Grupo Mulheres Unidas em Cristo (Coroadinho), mesmo tendo como sua atividade o trabalho com gestantes (cursos, palestras, confecção de enxoval) e atividades de conscientização das mulheres sobre seus direitos, expressou como sua finalidade apenas a evangelização da comunidade, visitas a famílias e hospitais.

Para o alcance de suas finalidades, as entidades desenvolvem várias ações, praticamente todas vinculadas às áreas das políticas sociais básicas que deveriam ser asseguradas aos/as cidadãos/ãs pelo Estado, com exceção de atividades sobre questões da mulher, gênero e feminismo (somente 3), parte das atividades culturais, de capacitação, formação e as relacionadas ao meio-ambiente. Destacam-se as áreas de educação, trabalho e geração de renda e saúde. Apenas na área do Coroadinho foram citadas ações reivindicatórias de infra-estrutura para os bairros, sem, contudo, fazer referências a atividades de formação para as lideranças e associadas/os, além dos cursos visando à geração de renda e palestras na área da saúde e violência.

No início da pesquisa, havia uma expectativa que se encontrasse uma quantidade mais numerosa de instituições formadas por mulheres nas áreas em análise. Foi surpresa não localizar sequer uma organização feminista na área Itaqui-Bacanga e somente um grupo autoidentificado como feminista na área Coroadinho. Surpreendeu o fato de que majoritariamente se caracterizam por prestar serviços assistenciais e educacionais, atendendo quase que exclusivamente a crianças do bairro, deixando em plano secundário questões que, também, fazem parte de seu cotidiano, tais como a violência, desigualdades e violação de direitos.

Pode-se inferir que as organizações em estudo colocam-se como parceiras do Estado ou assumem seu lugar na implementação de políticas. Este quadro espelha as mudanças provocadas na relação do Estado com a sociedade civil, sob a orientação neoliberal, e as mudanças ocorridas no seio das organizações populares frente à desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, sob o discurso da participação comunitária nas ações sociais.

No contexto dos anos 1990, com a reforma do Estado, passam a ter relevância os princípios e as práticas de descentralização, parceria, "publicização", solidariedade e voluntariado, envolvendo dois segmentos privilegiados por esse



processo: o mercado e o "terceiro setor" ou "organizações sociais não estatais". A perspectiva pretendida de redefinição das funções do Estado reduziu o seu papel a promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, retirando-lhe a responsabilidade de executor e de responsável direto por tal desenvolvimento. Assim, para a realização dos objetivos sociais e econômicos do Estado, a reforma procedeu a transferência ao setor privado das "atividades que podem ser controladas pelo mercado", dentre as quais os serviços intrinsecamente associados à efetivação de direitos conquistados, relativos à educação, saúde, cultura, dentre outros. (MONTAÑO, 2002, p. 46-48),

Consoante com as alterações percebidas na atuação dos movimentos sociais nesse contexto, constatou-se que 5 entidades da área Itaquí-Bacanga apresentaram-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, segundo a Lei N. 9.790/1999. Outras 5 entidades se identificaram como organizações ou associações comunitárias, mas suas finalidades e atividades não diferem das OSCIPs.

Os objetivos expressos em vários estatutos confirmam a mudança na prática social desses grupos, se comparados aos denominados novos movimentos sociais e aos movimentos sociais urbanos, dos anos 1970 e 1980, que reivindicavam do Estado respostas as suas demandas, o reconhecimento e a efetivação de direitos individuais e coletivos. Um dos grupos cita como um dos seus objetivos: “atendimento e assessoramento aos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)”.

O perfil de parceiras do Estado e operadoras de programas sociais é evidenciado, também, na indicação das lutas empreendidas e das conquistas alcançadas pelas organizações. Constata-se certa dificuldade das entrevistadas em discorrer sobre esses aspectos da atuação dos grupos. As atividades favorecedoras das lutas pela conquista e efetivação de direitos, de fortalecimento do processo organizativo, as atividades de mobilização e organização cedem lugar para a prestação de serviços e a implementação de projetos e programas sociais, sendo essas as conquistas mais citadas pelos grupos.

Ao analisarem-se as iniciativas de articulação das organizações, observa-se que a motivação maior para realizá-las é o funcionamento e manutenção das atividades do grupo. Em segundo lugar, se mobilizam de forma articulada em torno das necessidades de sobrevivência, de melhoria das condições de suas vidas e do bairro. As motivações político-ideológicas são as menos observadas.

Em se tratando de organizações de mulheres, ressen-te-se da pouca



articulação dos grupos entre si, bem como, com outras organizações dos movimentos de mulheres e feministas, em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Mesmo do ponto de vista dos movimentos sociais urbanos, apenas 1 grupo da área Itaqui-Bacanga e 2 grupos da área do Coroadinho mencionaram sua articulação com outro grupo. Tal situação é indício da natureza das entidades como prestadoras de serviços, de sua fragilidade como movimento político de reivindicação, proposição, defesa de direitos e conquista de bandeiras de luta.

Como já mencionado, os dados analisados apontam que as organizações de mulheres das áreas Itaqui-Bacanga e do Coroadinho (com exceção de uma) não se identificam como feministas. Mesmo fundadas majoritariamente na década de 80, na primeira área e 3 na segunda, não se relacionaram com as organizações feministas surgidas naquela década, que desenvolviam um processo de organização e luta de modo a romper com as tradicionais formas de fazer política.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre os movimentos de mulheres nas áreas Itaqui-Bacanga e Coroadinho apontou para a necessidade da articulação dos movimentos feministas com essas organizações, para que se avance no sentido de aliar as lutas comunitárias por melhorias do bairro e das condições de vida de seus/suas moradores/as, ao questionamento e enfrentamento da desigualdade de gênero, raça e etnia.

Nas áreas urbanas, pode-se inferir que as organizações de mulheres são expressões dos movimentos sociais urbanos, com uma fraca relação com os movimentos feministas. A influência das instituições e sujeitos que organizaram vários desses grupos foi percebida em suas finalidades, objetivos, lutas, formas de estruturação e dinâmica de funcionamento. O caráter patriarcal, dessas instituições, a exemplo, das Igrejas, sindicatos, partidos políticos, dificulta ainda mais a priorização do debate sobre as relações de gênero, a autonomia e empoderamento das mulheres.

Essas organizações são igualmente influenciadas pela conjuntura sócio-econômica e política a partir dos anos 1990, com os impactos do neoliberalismo e da reforma do Estado, com os processos de descentralização e publicização. Assim, 8 dos 13 grupos da área Itaqui-Bacanga e 5 das 8 formas de organização de mulheres encontradas na área do Coroadinho apresentam como característica comum a



preocupação com a educação infantil e fundamental, sem explicitar preocupação em trabalhar com seu público questões relacionadas às especificidades da mulher. Essas organizações atuam na arena pública com um discurso que recorre à solidariedade de classe tradicional, desacreditando do poder público e empenhadas em tomar a iniciativa para ver suas necessidades satisfeitas.

Observa-se nas lideranças falta de credibilidade na possibilidade de mudança por meio da mobilização coletiva das(os) moradoras(es) do bairro, percebendo que os interesses das entidades, voltam-se principalmente para a sua manutenção e mudanças a nível micro, nas localidades de atuação dos grupos. As entidades atuam, na maioria das vezes, como prestadoras de serviços, cobrindo lacunas deixadas pela inexistência, insuficiência ou precariedade das políticas públicas.

Apenas o Grupo Mulheres Unidas em Cristo – MUC, de Bom Jesus da Lapa /Coroadinho, mostrou preocupação com questões de gênero, ao lado de problemáticas, tais como o aumento da violência e falta de saneamento e água. Interpreta-se o MUC, conforme as conclusões da pesquisa realizada pela bolsista Helliza Rodrigues, como expressão dos movimentos feministas, atuante no bairro. Suas componentes se declararam assim e transpareceram em seus discursos ideologias características do movimento, como: a necessidade de discussão de questões específicas da mulher pelas próprias interessadas e de atuação em prol de mudanças na forma de se visualizar as relações de gênero, reivindicando para a mulher o desempenho de novos papéis e o reconhecimento de seus direitos.

O feminismo atual, se dissemina, chega, das mais diversas formas, em várias localidades e se expressa por meio de atitudes e discursos encontrados nas esferas da vida pública e privada. Ousa-se afirmar que o MUC é parte do chamado “movimento feminista popular, mesmo que elas não saibam ou não consigam teorizá-lo”, como cita Viezzer (1989, p. 70) ao analisar os clubes de mães de São Paulo.

Estes resultados apontam o desafio da divulgação do feminismo, da articulação e fortalecimento dos movimentos de mulheres na perspectiva feminista.



REFERÊNCIAS

- FERREIRA, M. M. **As “caetanas” vão à luta: a trajetória do Movimento Feminista no Maranhão face às políticas públicas.** 1999. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.
- ROCHA, L. de M. L. N. .Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, T. M. (Org.). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81-197.
- ROCHA, L. de M. L. N; NASCIMENTO, S. M. V e LIMA, T. M. **Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: processos de lutas e participação,** São Luís, 2008, mimeo. Relatório Final de Pesquisa.
- RODRIGUES, H. B. **Nem Marias Nem Evas: uma abordagem acerca dos processos de organização e participação das mulheres no Coroadinho /.** – São Luís, 2008, mimeo, Monografia (Graduação)
- SARDENBERG, C. M. B. e COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANSÃO, M. L. R. e BINGEMER, M. C. L. (orgs.). **Mulher e relações de gênero.** São Paulo; Edições Loyola, 1994, p. 81-114.
- TOSCANO, M; GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres.** Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- VIEZZER, M. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez, 1989.